PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

19/02/2026

CONSELHO FISCAL DO ÓRGÃO GESTOR DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 002/2026 – 171ª

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e cinco minutos, nas dependências da Paranaguá Previdência, situada na avenida Gabriel de Lara nº 1307, bairro Leblon, nesta cidade de Paranaguá/PR., estiveram presentes na centésima septuagésima primeira reunião ordinária do Conselho Fiscal do Órgão Gestor do Regime de Previdência Municipal, as conselheiras representantes dos segurados, as Senhoras Zenilda Souza Costa Cruz e Jussimara Nascimento Fanini e Sr. Jamil de Freitas Maria Junior, o Conselheiro representante do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná - Sessão Paranaguá, senhor Osvaldo Inácio da Silva Junior e o Conselheiro representante do Executivo, Sr. André Rocha Smolarek, também participaram da reunião o Diretor Financeiro da Paranaguá Previdência Senhor Sidnei França dos Santos, e o Diretor Presidente da Paranaguá Previdência Senhor Ali El Kadri,. **Pauta**: aprovação da **ATA** anterior, apresentação do relatório da posição financeira e de investimentos; apresentação das despesas mensais; assuntos gerais; dando início a reunião, a secretária executiva do conselho pergunta se todos os conselheiros fizeram a leitura prévia da **ATA**, enviada por e-mail e se há alguma observação ou objeção quanto as informações nela contida. Os conselheiros presentes dizem ter feito a leitura e que o conteúdo apresentado está de acordo com o debatido e/ou apresentado na reunião e votam pela aprovação da **ATA**. **Iniciando a reunião:** O diretor financeiro procedeu à apresentação formal dos novos membros para compor o Conselho Fiscal desta instituição: O **Senhor André Rocha Smolarek** e o **Senhor Jamil de Freitas Maria Junior**, com base no **Decreto nº 1.514**, publicado em 19 de fevereiro de 2026, os novos membros do **Conselho Fiscal** da instituição foram formalmente apresentados. Prosseguindo com a reunião, Sidnei da boas-vindas aos novos conselheiros. Destacando que o material será apresentado de forma gradual para facilitar a familiarização com as demandas aos novos conselheiros. Reforçou ainda abertura para novas sugestões que possam aprimorar o material de suporte. O diretor financeiro inicia a apresentação do relatório da posição financeira e de investimento que referente ao mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, teve rentabilidade de R$19.690.487,01 (dezenove milhões seiscentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e um centavos), rentabilidade acumulada no período de janeiro de 2026 no montante de R$ 19.690.487,01 (dezenove milhões, seiscentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e um centavos), pagamento de dividendos de R$4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais), Patrimônio Líquido (PL) acumulado em R$1.075.788.319,61 (um bilhão, setenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e dezenove reais e sessenta e um centavos). Referente a meta atuarial, Sidnei diz que tem a previsão atual de 9,80% (nove virgula e oitenta por

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

cento), rentabilidade acumulada é de 1,892% (uma virgula oitocentos e noventa e dois por cento). Dando continuidade o Diretor Financeiro informa que o destaque do mês de janeiro foi o IBOVESPA, só no mês de janeiro fechou com 12%. Apresentou também o ranking, os fundos que melhor desempenharam foram BB Ações, Mag Selection, Caixa Fic Ações Ibovespa, Itaú For RPI, Itaú Instituc, Az Quest Bayes, 4UM Marlim e Guepardo, fecharam acima de 10%. Continuando, o Diretor Financeiro apresentou aos novos conselheiros um resumo da nova **Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 5.272/2025**, que entrou em vigor em fevereiro de 2026. Foi destacado que a norma visa elevar os padrões de segurança, prudência e proteção financeira dos regimes próprios. Um dos principais pontos discutidos foi **o Pró-Gestão:** A nova regra condiciona diretamente a capacidade de diversificação do RPPS ao seu nível de certificação no Pró-Gestão. Entidades sem certificação ou com nível I sofrem vedações mais rigorosas em determinados ativos. A nova Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, é a principal norma que altera as regras para aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com efeitos práticos e novas diretrizes de investimento em vigor a partir de **1º de fevereiro de 2026**. No mês de janeiro foi feito adaptações na carteira, saímos de 2 fundos o BB Ações Seleção Fator não atingiu seu banchmark resgatamos o valor de R$21.389.588,18 (vinte e um milhões trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos), e Trigono Flagship segundo ano consecutivo que não atinge seu banchmark, e na sequência Sidnei informa que foi resgatado o AZ Quest Bayes Sistem e Mag Cash Rf. Com a nova resolução Sidnei menciona que só pode aplicar em títulos direto ou em fundos cem por cento títulos públicos e que em conformidade com a nova resolução vigente, os fundos de Investimentos já constituídos poderão permanecer em sua configuração atual pelo prazo de até 2 anos, respeitando o período de transição estabelecido pela norma. No período analisado, o desempenho da carteira foi predominantemente favorável, evidenciando a eficácia das estratégias adotadas. Do total, 69 fundos registraram rentabilidade positiva, enquanto apenas seis fundos apresentaram desempenho negativo. **Despesas Administrativas**: Sidnei diz que as despesas administrativas custeadas com a taxa de administração, teve o montante de R$549.175,65 (quinhentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), nesta despesa consta pagamento de férias, o valor total de vencimento e vantagens fixas foi de R$309.831,22 (trezentos e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos), o diretor financeiro demostra os valores dos benefícios pagos, que no Plano Previdenciário, aposentados (FP) foi de R$1.296.024,33 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil, vinte e quatro reais e trinta e três centavos), pensionistas (FP) R$480.594,61(quatrocentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos). Sidnei continua a apresentação, informando que no plano financeiro, os valores pagos aos aposentados (FF) foi de R$1.667.872,08 (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e setenta e dois reais e oito centavos), pensionistas (FF) R$548.487,20 (quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos). Referente a aposentadorias e pensões, o diretor informa que foram concedidas no mês de janeiro/2026 05 (cinco) benefícios, todas do Fundo Previdenciário, sendo 04 (quatro)

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

aposentadorias por invalidez e 01 (uma) compulsória, no valor de R$12.363,42 (doze mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos. Continuando, Sidnei apresenta os processos licitatórios que estão abertos e em andamento no mês de janeiro/2026, que são 3 (três) por inexigibilidade: Empréstimo Consignável, Congresso RPPS 2026: O que fazer? e o 21º Congresso de Pregoeiros. **Dispensa de licitação**: são 08 (oito) processos sendo eles, Contratação de Consultoria Financeira de Investimentos-finalizado, Empresa Especializada em cessão de uso Software de automação Financeira e demais sistemas-em andamento, Aquisição de Equipamentos – Relógio Ponto com Tecnologia de Reconhecimento Facial-em andamento, Aquisição de 03 Tokens Tipo A3 e A1-em andamento, Contratação de Empresa Especializada em Manutenção e Limpeza de Equipamentos de Ar Condicionado (incluindo peças e materiais necessário)-em andamento, Contratação de Empresa para prestação de serviços Técnicos Jurídicos, Especializada em Direito Previdenciário, Administrativo e Cível-em andamento, Contratação de perícia medica - em análise, Aquisição de Gêneros Alimentícios-em andamento. **Pregão:** Contratação de Empresa de Serviço de Informática, Compreendendo a Locação de Software de Gestão Previdenciária para RPPS-em andamento. **Renovação Contratual:** 3º Aditivo Contratação do Software até 03/04/2026 (data final do Contrato com a Prefeitura). Sidnei menciona ainda que o fundo Osasco está na mesma situação, é um fundo que está em liquidação, foi solicitado prazo e está sob demanda do TCE-PR. A conselheira Zenilda solicitou os balancetes dos meses de setembro a dezembro/25 – Para análise e aprovação para a próxima reunião, foi entregue o balancete acumulado até novembro, ressaltamos que o conselho fiscal aguarda o BALANÇO ANUAL fechado para poder fazer o parecer, conforme determina a legislação. Foi cobrado também o fechamento do SIMAM do mês de dezembro/25, para o conselho dar o PARECER SOBRE O BALANÇO DE 2025– Paranaguá Previdência. Ficou determinado que a data para o parecer ser entregue seria até o dia 20 de fevereiro/26, o conselho aguardará a entrega dos Balanços e nova data. Questionamos sobre o CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), foi informado que está em atraso desde dezembro, o conselho fiscal já informou as consequências desse atraso em pareceres anteriores. **Comissão Reforma** – Foi solicitado também uma posição dos estudos e as alterações referentes às leis, regulamentação e regimento interno da Paranaguá Previdência encontram-se em fase final de elaboração. O Presidente da comissão comunicou que deverá apresentar um posicionamento mais detalhado na próxima reunião, bem como que será agendada reunião com os conselhos no mês de março. Na sequência, foram solicitadas informações sobre as mudanças da Resolução nº 5.272/2025 e o andamento do Pró-Gestão, o Diretor Presidente informou que a Paranaguá Previdência realizará força-tarefa para implantação e acompanhamento do programa até o nível 2, ficando a coordenação a cargo de equipe interna em conjunto com a empresa contratada. Ficou estabelecido o mês de julho para acompanhamento e cobrança dos avanços. Na sequência, a conselheira Zenilda informou que tiveram conhecimento e com base em orientação da APEPREV, que os municípios que já realizaram a reforma possuem prazo de seis meses, a contar de 22/01/2026, para adequação das legislações locais à EC nº 103/2019, foi questionado a situação do RPPS local. Nada mais a ser discutido,

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

foi determinado a mim Claudinéia Santos_____, lavrar a presente Ata que será assinada pelos presentes. A reunião do Conselho Fiscal foi encerrada as dez horas e cinquenta minutos.

Paranaguá, 19 de fevereiro de 2026.

André SmolareK
Representante dos Segurados – Titular

Jamil de Freitas Maria Junior
Representante do Poder Executivo – Titular

Jussimara Nascimento Fanini
Representante dos Segurados – Titular

Osvaldo Inácio da Silva Junior
Representante do CRC/PR-Titular

Zenilda Souza Costa Cruz
Representante dos Segurados – Titular Presidente

Sidnei França dos Santos
Diretor Financeiro

Ali El Kadri
Diretor Presidente